Revista Brasileira de
Sexualidade Humana ISSN 2675-1194
DOI: https://doi.org/10.35919/rbsh.v36.1305

RELATOS DE CASO

EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA COM CRIANÇAS DE UMA ESCOLA PÚBLICA SOBRE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL

EXTENSION EXPERIENCE WITH CHILDREN FROM A PUBLIC SCHOOL ON PREVENTING SEXUAL VIOLENCE

EXPERIENCIA DE EXTENSIÓN CON NIÑOS DE UNA ESCUELA PÚBLICA SOBRE PREVENCIÓN DE LA VIOLENCIA SEXUAL

Ryanne Wenecha da Silva Gomes[1] *Maria Joselina Sousa da Silva*[2] *Gabriela Marques de Souza*[2] *Luiz Henrique dos Santos Silva*[2] *Maria Fernanda Azevedo de Andrade*[2] *João Paulo Sales Macedo*[3]

Resumo: A educação em sexualidade é temática de grande relevância nos espaços educacionais, por sua abordagem tanto educativa quanto preventiva diante das situações de violências contra crianças. Este estudo apresenta um relato de experiência em prevenção à violência sexual e educação em sexualidade junto a crianças e professoras de uma escola pública do estado do Piauí. A iniciativa foi organizada pelo Programa de Extensão "Núcleo de Atenção e Prevenção a Pessoas em Situação de Violência (CACTUS)" da Universidade Federal do Delta do Parnaíba. Participaram crianças de 6 a 10 anos, acompanhadas pelas professoras, com autorização de mães/pais/responsáveis. Trata-se de um relato construído a partir das percepções, reflexões e registros em diários de campo pela equipe. Na intervenção foram utilizadas estratégias lúdicas e dialogadas, como brincadeiras, jogos e contação de histórias, para abordar temas como reconhecimento e expressão das emoções, conhecimento e proteção corporal e práticas protetivas. Em sequência, foram realizados momentos formativos em formato de roda de conversa com as professoras da escola, abordando aspectos como: fases do desenvolvimento da sexualidade, conceito da violência sexual, importância do Sistema de Garantia de Direitos e o papel da escola na prevenção e enfrentamento das violências. Como resultados, evidencia-se a importância da ludicidade em atividades que envolvem as crianças e os temas sensíveis, bem como a pertinência de ampliar a discussão do tema junto ao público infantil, reconhecendo-as como pessoas sujeitas de direitos, como também junto ao corpo docente e comunidade escolar do município e região, possibilitando o reconhecimento e o fortalecimento como rede de proteção.

Palavras-chave: Educação; Sexualidade; Infância; Violência.

Abstract: Sexuality education is a highly relevant topic in educational settings, due to its educational and preventive approach to situations of violence against children. This study presents an experience report on sexual violence prevention and sexuality education with children and teachers at a public school in the state of Piauí. The initiative was organized by the Extension Program "Center for Care and Prevention of People in Situations of Violence (CACTUS)" of the Federal University of Delta do Parnaíba. Children aged 6 to 10 participated, accompanied by teachers and with permission from their parents/guardians. This report is based on the team's perceptions, reflections, and field diary entries. The intervention used playful and dialogic strategies, such as games, games, and storytelling, to address topics such as recognition and expression of emotions, body awareness and protection, and protective practices. Subsequently, training sessions were held in the form of discussion circles with the school's teachers, addressing aspects such as the stages of sexual development, the concept of sexual violence, the importance of the Rights Guarantee System, and the school's role in preventing and addressing violence. The results highlighted the importance of play in activities involving children and sensitive topics, as well as the relevance of expanding the discussion of the topic among children, recognizing them as individuals with rights, as well as among the teaching staff and school community in the municipality and region, enabling recognition and strengthening as a safety net.

CC BY

[1]Mestranda em Psicologia. Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Departamento de Psicologia, Parnaíba, Brasil. ryannewenecha@hotmail.com
[2]Graduando(a) em Psicologia. Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Departamento de Psicologia, Parnaíba, Brasil. joselina.sousa.js@gmail.com; gabs.marques.souza26@gmail.com; psiluizhsantos@gmail.com; mmffernanda@gmail.com
[3]Doutor em Psicologia. Professor Associado III e Porfessor Permanente do Programas de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Departamento de Psicologia, Parnaíba, Brasil. jpmacedo@ufdpar.edu.br

Revista Brasileira de
Sexualidade Humana ISSN 2675-1194
DOI: https://doi.org/10.35919/rbsh.v36.1305

Keywords: Education; Sexuality; Childhood; Violence.

Resumen: La educación sexual es un tema de gran relevancia en los espacios educativos, debido a su abordaje educativo y preventivo de situaciones de violencia contra los niños. Este estudio presenta un informe de experiencia sobre prevención de la violencia sexual y educación sexual con niños y profesores de una escuela pública del estado de Piauí. La iniciativa fue organizada por el "Programa de Extensión Centro de Atención y Prevención de Personas en Situación de Violencia (CACTUS)" de la Universidad Federal del Delta do Parnaíba. Participaron niños de entre 6 y 10 años, acompañados por sus profesores y con el permiso de sus madres/padres/tutores. Este es un informe basado en las percepciones, reflexiones y anotaciones del diario de campo del equipo. En la intervención se utilizaron estrategias lúdicas basadas en el diálogo, como juegos y cuentacuentos, para abordar temas como el reconocimiento y la expresión de las emociones, el conocimiento y la protección del cuerpo y las prácticas de protección. A continuación, se celebraron sesiones de formación en formato de mesa redonda con los profesores de la escuela, en las que se trataron aspectos como: las etapas de desarrollo de la sexualidad, el concepto de violencia sexual, la importancia del Sistema de Garantía de Derechos y el papel de la escuela en la prevención y el tratamiento de la violencia. Los resultados destacaron la importancia del juego en las lúdica en las actividades que involucran niños y temas sensibles, así como la necesidad de ampliar la discusión del tema entre los niños, reconociéndolos como personas con derechos, y también entre los profesores y la comunidad escolar del municipio y de la región, permitiendo su reconocimiento y fortalecimiento como red de protección.

Palabras clave: Educación; Sexualidad; Infancia; Violencia.

Introdução

A educação em sexualidade é uma discussão que ultrapassa gerações e, ao longo do tempo, na sociedade tem se configurado assunto importante para ser debatido nos currículos escolares. Trata-se de um assunto de extrema importância para ser discutido nas escolas, visto que são espaços formativos, que devem compartilhar saberes de forma saudável e com responsabilidades. Essa temática envolve múltiplos aspectos do desenvolvimento das crianças e promove discussões preventivas sobre vulnerabilidades às quais crianças e adolescentes podem (e devem) estar inseridas para promoção de uma cultura de paz (Oliveira; Barbosa, 2024).

A temática da educação em sexualidade ainda é cercada por tabus, resistências e desinformação, com isso se ampliam, de forma significativa, as barreiras para a inserção de diálogos sobre o tema nos espaços escolares. Essas atitudes dificultam o acesso ao desenvolvimento adequado sobre o tema, prejudicando a compreensão de membros da sociedade em geral (Campos; Miranda, 2022). Podemos considerar que, por muito tempo, esse assunto esteve ou ainda pode estar ancorado em algumas práticas sociais executadas na sociedade, exclusivamente no campo biológico e reprodutivo. Muitas vezes, com uma compreensão equivocada no imaginário social de incentivar comportamentos sexuais ao falar sobre educação em sexualidade, quando, na verdade, os objetivos de discutir o tema envolvem reflexão, aprendizado e espaços seguros com sensibilidade para uma melhor abordagem sobre o assunto.

A educação em sexualidade, ao longo do tempo, passou por diversas abordagens e discussões. Desde uma ótica higienista, com foco direcionado no controle da sexualidade e da natalidade, além de assuntos relacionados apenas às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e conteúdos biológicos. Contudo, a incorporação de perspectivas interdisciplinares e do campo dos direitos humanos resultou na ampliação do debate sobre sexualidade a partir da educação socioemocional, dos aspectos sociais e culturais e do sistema de proteção de direitos, como parte integral do desenvolvimento humano (Franco-Assis; Souza; Barbosa, 2021).

Embora a educação em sexualidade desempenhe um papel central na formação e desenvolvimento da autonomia dos sujeitos, é necessário reconhecer que a violência sexual contra crianças requer especial atenção e intervenção do Estado e da Sociedade para garantia de direitos. A abordagem educativa sobre a sexualidade não apenas fortalece a compreensão sobre as emoções, limites e consentimento, como também atua de forma preventiva e protetiva, desenvolvendo espaço para que as crianças se sintam acolhidas e possam reconhecer, identificar e relatar situações abusivas que possam estar vivenciando.

Nesse contexto, é fundamental situarmos que a violência sexual contra crianças e adolescentes é uma problemática de saúde pública e social, demandando ações urgentes. Esse fenômeno compreende o abuso sexual que é entendido como qualquer ação que envolva o uso de crianças para satisfação de natureza sexual, seja por meio de contato físico ou não, ocorrendo de forma presencial ou virtual, com a finalidade de promover a estimulação sexual da pessoa agressora ou de outras envolvidas na situação. No caso da exploração sexual comercial, ocorre quando a situação abusiva envolve a oferta de dinheiro ou outros benefícios em troca. Já o tráfico de pessoas consiste no recrutamento ou deslocamento das crianças e adolescentes com fins de exploração sexual (Brasil, 2017).

A violência sexual é um fenômeno complexo que, em muitos casos, envolve pessoas agressoras dentro do círculo familiar, sustentada por dinâmicas de poder desiguais, de pessoas adultas que utilizam dessa assimetria de poder para manipular e silenciar as crianças. Resulta em uma série de impactos, tanto emocionais, comportamentais, cognitivos, físicos, sexuais, quanto interpessoais, familiares e sociais. Esses efeitos incluem sentimento de culpa, vergonha, medo, desamparo, bem como dinâmicas que favorecem o silêncio e perpetuam o ciclo de violência, além de outras consequências na saúde e de natureza psicológica e social (Sanderson, 2005; Habigzang; Ramos; Koller, 2011; Rovinski; Pelisoli, 2019).

Os dados que envolvem esse fenômeno demonstram que o aumento dos casos prevalece com o passar dos anos. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024) aponta que os registros de estupro e estupro de vulnerável aumentaram de 78.887 em 2022 para 83.988 em 2023, com 76% desses casos sendo de estupro de vulnerável, crime esse que inclui atos libidinosos contra crianças ou adolescentes de até 14 anos, com objetivo da satisfação sexual da pessoa agressora. Os dados ainda demonstraram que crianças e adolescentes de até 14 anos representam 61,6% dos casos registrados, isso equivale a mais de cinco estupros nessa faixa etária por hora no país. Se forem considerados recortes de gênero e raça, meninas negras são as que mais sofrem com a violência sexual, abuso e estupro.

Além da compreensão dos aspectos conceituais e das notificações dos casos de violência sexual, é fundamental considerarmos os aspectos socioemocionais como parte integrante do processo da sexualidade e do desenvolvimento humano. O desenvolvimento emocional, especialmente nos primeiros anos de vida, influencia diretamente na forma como as crianças se percebem, constroem a noção de corpo e proteção, e reconhecem possíveis situações de risco. Conforme Rocha (2024, p. 26), a sexualidade na infância diz sobre a expressão do "relacionamento dela com o mundo, e principalmente com aquilo que lhe dá prazer, com os órgãos dos sentidos". Envolve, portanto, a descoberta do seu corpo, a expressão da afetividade, a forma de relacionar-se com as pessoas, tudo isso em conjunto com o seu desenvolvimento, para o fortalecimento da autonomia e promoção de relações saudáveis.

Diante da complexidade do tema, é necessário abordá-lo de forma abrangente e diversa, fundamentalmente sob a perspectiva protetiva e preventiva com ações educativas nos espaços escolares (Oliveira; Barbosa, 2024). Essa complexidade se manifesta nos aspectos subjetivos, sociais e culturais que envolvem a problemática da violência e do abuso sexual contra crianças e adolescentes, o que requer ofertar espaços de diálogos e reflexões críticas, considerando as vivências cotidianas e experiências das crianças no universo escolar.

A escola tem um importante papel no desenvolvimento dessa temática, com espaço potencial de transformação diante da dura realidade de violência contra crianças e adolescentes no país. Quando esses tópicos são abordados de forma inclusiva e respeitosa, reconhecendo as crianças como sujeitas de direitos, promove-se informações seguras sobre a sexualidade, além da tomada de decisões conscientes sobre saúde sexual, contribuindo para a prevenção das violências e situações de vulnerabilidade, propiciando melhorias nos relacionamentos interpessoais, na qualidade de vida, saúde, bem-estar e autonomia. Além disso, é possível que as intervenções no espaço escolar possam favorecer novas experiências e descobertas para todas as pessoas envolvidas. Como espaço de socialização, a escola desempenha um papel crucial ao desenvolver, dentro dessa temática, debates que promovam respeito, igualdade de gênero e combate ao preconceito, discriminação, violências, *bullying* (Salhah *et al.*, 2022; Silva; Batista; Martins, 2023).

Muito embora a escola figure um espaço estratégico para formação e desenvolvimento integral, o tema da sexualidade, da prevenção ao abuso e à violência sexual, além do cuidado em relação à saúde sexual,

Revista Brasileira de
Sexualidade Humana ISSN 2675-1194
DOI: https://doi.org/10.35919/rbsh.v36.1305

precisam alcançar mais amplamente as famílias, proporcionando o pleno desenvolvimento dos seus membros ao longo da vida. No entanto, muitas famílias enfrentam diversas dificuldades em abordar o tema em função dos tabus e falta de conhecimento, abertura e disponibilidade afetiva, refletindo em desconfortos e inabilidades, entre outras razões. Como resultado, as escolas muitas vezes se tornam o único ou o principal espaço para promover esse diálogo (Argimon *et al.*, 2004).

Embora tenhamos observado alguns avanços na inclusão do tema nas escolas, alguns desafios ainda se colocam, como a formação de professores sobre educação sexual, direitos humanos e cidadania. Desse modo, para que o objetivo primordial seja alcançado, é fundamental sempre considerar a formação continuada da equipe escolar, principalmente para não recair ou se limitar a uma discussão apenas biológica da sexualidade, além do fortalecimento da relação escola-família-comunidade (Campos; Miranda, 2022). Do mesmo modo, a falta de preparo para identificar casos de violência sexual, aliada ao desconhecimento dos direitos, das leis e do sistema de proteção a crianças e adolescentes, contribui para aumentar os riscos de ocorrência dessa violência, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais ampla e qualificada do tema (Habingzang; Ramos; Koller, 2011).

Nesse sentido, é importante destacar que abordar tópicos diversos e relevantes dentro da educação em sexualidade pode ampliar as discussões, considerando a pluralidade, o protagonismo infantil e o não silenciamento diante das violências que podem estar inseridas. Isso deve ser realizado de modo a respeitar o desenvolvimento das crianças, com o uso de linguagem simples, envolvido pela ludicidade e o universo infantil, bem como considerar as necessidades de formação da equipe escolar que irá conduzir esses momentos de diálogo, o entendimento que tem sobre a questão, as dúvidas e anseios que podem surgir e como trabalhar o tema no planejamento de suas práticas didáticas e realização de projetos.

Assim, é fundamental destacar a importância da educação como parte integrante da rede de proteção da criança, articulada com o Sistema de Garantia de Direitos (SGD), fortalecendo a prevenção e o enfrentamento das situações de violência e possibilitando a proteção integral. É igualmente relevante a inclusão do diálogo sobre as diversas nuances que envolvem o fenômeno da violência sexual para que as escolas cumprem seu papel fundamental, promovendo o conhecimento e o reconhecimento das situações de violação de direitos (Brasil, 2017; Brasil, 1990).

É essencial também dedicar atenção ao desenvolvimento e estabelecimento de protocolos e fluxos para lidarem com possíveis situações de violência sexual que podem ocorrer dentro das escolas. Esses mecanismos organizam de maneira coerente o acolhimento e os encaminhamentos, também orientam como devem ser realizadas as abordagens em casos de revelação de situações de violência e abuso sexual dentro ou no ambiente de ensino. Diálogo e preparo que podem ajudar a equipe escolar a manejar de forma adequada e com acolhimento as situações, evitando a revitimização e garantindo uma abordagem protegida, com a devida articulação com o Conselho Tutelar e a família.

Como apontam Argimon *et al.* (2004), abordar a educação em sexualidade é tarefa desafiadora, considerando a amplitude de questões que envolvem o tema e as narrativas que circulam na sociedade, muitas delas desconectadas e ignorando o campo afetivo, socioemocional, de sentidos, as marcas e o trauma pessoal e social em torno das violências e do abuso sexual. Isso significa que a escola precisa se reinventar e considerar que, em muitos momentos, poderá ocorrer dificuldades na condução do diálogo sobre o assunto, muito embora existam possibilidades interventivas importantes e possíveis de serem desenvolvidas nesses espaços.

Diante desse cenário, apresentaremos uma experiência extensionista junto a crianças entre 6 e 10 anos, matriculadas em uma escola pública, localizada em Parnaíba-PI, sobre prevenção à violência sexual. O objetivo é descrever o percurso construído para a intervenção; os tópicos abordados; a execução do trabalho da educação em sexualidade, desenvolvido ao longo da atividade extensionista, de forma lúdica; e o momento formativo com as professoras, ressaltando as implicações que o conjunto dessas ações reverberam junto à escola com a realização do trabalho.

DOI: https://doi.org/10.35919/rbsh.v36.1305

Método

A ação realizada na escola sobre prevenção à violência sexual e educação em sexualidade foi desenvolvida pelo "Núcleo de Atenção e Prevenção a Pessoas em Situação de Violência (CACTUS)".

O CACTUS é um programa de extensão da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, vinculado à Universidade Federal do Delta do Parnaíba, desde 2020, organizado em três eixos de ação: 1) oferecer assistência psicológica a crianças e adolescentes em situação de violência sexual, enquanto ponto complementar de acolhimento e escuta qualificada, em apoio ao Sistema de Garantia de Direitos do município de Parnaíba; 2) desenvolver ações preventivas e formativas nas escolas do município de Parnaíba-PI, tendo como público: estudantes (crianças e adolescentes) e equipe gestora (professores, coordenadores e pessoal de apoio); e 3) realizar encontros formativos para realização do manejo clínico dos casos acompanhados e das ações preventivas.

A seguir detalharemos a ação propriamente dita, relacionada ao eixo 2 e 3 do programa, cuja intervenção ocorreu em novembro de 2023, organizada em dois momentos principais, em uma escola pública localizada na zona rural de Parnaíba, cada um contando com duas horas de duração, sendo o primeiro dedicado às crianças e outro direcionado para as professoras. As intervenções foram conduzidas por estudantes do curso de Psicologia e uma psicóloga vinculada ao CACTUS.

a) Momento preparatório com a formação dos estudantes

A equipe de estudantes vinculada ao programa participou de um período formativo sobre os aspectos importantes da educação em sexualidade, preparando-se para atuar na escola junto ao público infantil e à equipe escolar. Foram desenvolvidas reuniões formativas durante seis meses, conduzidas por uma psicóloga e orientadas pelo coordenador do programa, com temas: crianças e adolescentes como sujeitas de direitos, SGD e do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra crianças e adolescentes; desenvolvimento da sexualidade em cada fase da vida; tipificação dos tipos de violência, sinais da violência sexual e alterações comportamentais, cognitivas e emocionais; mitos sobre a temática; a importância da notificação e uso da ficha; a revelação da violência sexual, a revitimização e como abordar e humanizar o cuidado; a importância da educação em sexualidade.

A formação foi acompanhada de rodas de conversa com a participação de psicólogas da rede de enfrentamento do município que atuam na área da Saúde, Assistência Social e Justiça, com o objetivo de possibilitar conhecimento da atuação profissional e os desafios enfrentados em diferentes campos de atuação.

Como última etapa do momento preparatório, foram trabalhados textos com a temática sobre o papel da escola no enfrentamento da violência sexual, o que possibilitou o desenvolvimento das habilidades necessárias. Além disso, favoreceu a definição da metodologia e a escolha dos recursos lúdicos a serem empregados junto aos grupos da intervenção.

b) Intervenção com as crianças

Participaram da intervenção 15 crianças de 6 a 10 anos, cujo encontro durou 2h. No pátio da escola, as crianças foram cuidadosamente organizadas em um círculo, visando a otimizar a dinâmica do momento. A atividade foi realizada de forma lúdica e dialogada, por meio de brincadeiras, jogos e contação de histórias, sendo usados materiais confeccionados pela própria equipe, tais como: roleta das emoções, placas com as partes do corpo, fantoches e cartazes com narrativas das histórias descritas, ajustando-se ao contexto e às demandas do público.

A ludicidade, enquanto um recurso para o trabalho junto aos processos educativos com crianças, teve papel fundamental, pois promove um aprendizado significativo e prazeroso. Por meio de brincadeiras, jogos, contação de histórias, elas acessam o mundo com criatividade, desenvolvendo suas habilidades cognitivas, culturais, motoras, sociais e afetivas. Assim, o brincar favorece a aprendizagem de regras, fortalece os vínculos sociais e amplia a imaginação, respeitando o ritmo e a singularidade de cada criança inserida no contexto coletivo dos espaços escolares. A ludicidade inserida nas atividades das crianças proporciona, sobretudo,

Revista Brasileira de
Sexualidade Humana ISSN 2675-1194
DOI: https://doi.org/10.35919/rbsh.v36.1305

aprendizados sobre si, sobre as pessoas e sobre o mundo que as cerca, fortalecendo vínculos, segurança socioemocional e autonomia (Gonçalves; Mota; Vieira, 2022).

Nesse sentido, o lúdico se apresenta como uma ferramenta técnica e ação ética potente,possibilitando o desenvolvimento integral da criança, além de integrar e favorecer a construção de valores, fortalecimento da autoestima, desenvolvimento da linguagem, novas aprendizagens e a ampliação do seu repertório atitudinal e socioemocional. Considerando que a ludicidade, quando inserida intencionalmente em práticas pedagógicas e extensionistas, potencializa o processo de aprendizagem e o entendimento de forma leve, despertando a curiosidade, a imaginação e a reflexão, essa foi a principal linha orientativa da intervenção realizada (Gonçalves; Mota; Vieira, 2022).

c) Intervenção com as professoras

Em momento posterior, 5 professoras participaram da atividade que foi realizada em formato de roda de conversa, promovendo no espaço escolar um ambiente de interação e colaboração sobre o tema. No momento foram apresentados *slides* e cartazes informativos, como objetivo de dialogar sobre educação em sexualidade, a prevenção e o enfrentamento da violência sexual, o SGD, além de incentivar a elaboração colaborativa de um fluxo para a criança protegida.

A atividade foi proposta a partir de roda de conversa, como estratégia metodológica relevante entre pesquisa e educação, por possibilitar, de forma dialógica, a sistematização de saberes e experiências vivenciadas. Apresenta-se como uma dinâmica com intencionalidade educativa, buscando a criação de condições para a produção coletiva de conhecimentos e reflexão críticas em partilha.

Nesse sentido, as rodas de conversas promovem a participação ativa das pessoas, reconhecendo as diferentes formas de narrar e compreender as experiências vividas. Além disso, faz-se importante dar especial atenção à forma como as pessoas narram suas experiências e como esse diálogo promove trocas entre os diferentes saberes e perspectivas na construção coletiva sobre a temática proposta (Pinheiro, 2020).

d) Coleta e análise de dados

Para a realização da intervenção propriamente dita foram conduzidas reuniões e diálogos com a direção da escola, visando a aprofundar nosso entendimento sobre a dinâmica escolar e o perfil do público da intervenção. Nesses contatos, primou-se pelo conhecimento do espaço e das crianças participantes da intervenção, resultando em uma compreensão que embasou todas as etapas do processo.

Na coleta das informações e posterior discussão dos aspectos da experiência, utilizou-se a escrita de diários de campo. A observação foi fundamental para compreender as interações e percepções das crianças e das professoras durante as atividades lúdicas e formativas. O uso dos diários reflete aquilo que foi vivenciado, sobre o percurso construído para realização da intervenção, o momento da ação com o público, as experiências, os desafios e inseguranças partilhadas.

O diário é um elemento ativo e vivo na pesquisa e na ação extensionista, com e por meio dele, o processo ganha fluidez, à medida que se estabelece um diálogo constante com os escritos em suas páginas, construindo narrativas, levantando dúvidas e registrando impressões que dão forma às chamadas pesquisa-intervenções, tomando a extensão universitária enquanto campo de produção de conhecimento. Assim, favorece a criação de fluxos que se articulam em agenciamentos coletivos, configurando o próprio ato de intervir-pesquisar, possibilitando a fusão entre palavras escritas e os acontecimentos nesse processo, acolhendo ambas em suas páginas e conferindo sentido ao movimento da pesquisa-intervenção (Medrado; Spink; Méllo, 2014).

As reflexões da equipe percorrem todo o processo, desde o momento formativo até após o momento da intervenção, destacando tanto as aprendizagens quanto os desafios encontrados. Essas reflexões serviram como base para uma reflexão crítica sobre o impacto da ação, bem como à adequação das estratégias utilizadas.

e) Aspectos éticos

Conforme Mussi, Flores e Almeida (2021), os relatos de experiências em contexto acadêmico podem estar no campo do ensino, pesquisa ou extensão, com característica central na descrição da intervenção realizada, buscando apresentar a experiência vivida e valorizar o esforço científico, crítico e reflexivo. Trata-se, portanto, de narrar as vivências conforme as etapas dos acontecimentos, elaborada a partir das experiências, percepções, perspectivas e expectativas das pessoas que vivenciaram o campo.

Esse relato não foi submetido à avaliação de um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), uma vez que se trata da descrição das experiências no campo, no contexto de ação de uma extensão universitária, não envolvendo a exposição direta de participantes por meio de imagens, falas identificáveis ou dados sensíveis. Para Mussi, Flores e Almeida (2021, p. 70), "quando houver a presença de forma específica de participantes no texto, por meio de imagem e/ou fala, é relevante que a proposta seja avaliada previamente" por um CEP, o que não se aplica ao presente trabalho. Mesmo assim, foram adotadas medidas éticas fundamentais para garantir o cuidado e o respeito com as crianças participantes da ação da extensão. Previamente, foi realizada a coleta das assinaturas no termo de autorização das pessoas responsáveis pelas crianças, importante para o consentimento da participação no momento da ação na escola. Além disso, foi seguido o respeito à autonomia das crianças, com a explicação de maneira acessível sobre o desenvolvimento das atividades, respeitando seu consentimento e limites durante a intervenção. Com o objetivo de garantir a confidencialidade, não foram incluídas falas diretas, imagens ou informações sensíveis, de maneira a preservar a identidade das pessoas.

Resultados e Discussões

No início da intervenção junto às crianças foi realizada a apresentação da equipe responsável e o objetivo do programa de extensão, em seguida, foi realizada a apresentação das crianças. Em sequência, foi conduzido um exercício corporal como atividade "quebra-gelo" para iniciar as atividades. Para Gonçalves, Mota e Vieira (2022), a importância de desenvolver a ludicidade nos espaços educacionais, de forma agradável, deve-se "para que a criança se sinta acolhida e feliz com aquilo que está realizando" (p. 5). O objetivo inicial foi estabelecer vínculos e conhecer as crianças presentes, promovendo assim um espaço acolhedor e propício para o desenvolvimento das atividades.

Em seguida, foi abordada a temática da educação emocional. Neste momento foi solicitado que as crianças relatassem se conheciam sobre as emoções e de que modo as denominavam. Posteriormente, foram apresentadas as cinco emoções primárias (alegria, tristeza, raiva, medo, nojo), as quais estão presentes no cotidiano de qualquer pessoa. Com relação à natureza, as emoções podem ser classificadas e se apresentar de duas formas: a) primárias (raiva, tristeza, medo, alegria e nojo) – aquelas que são identificadas mais facilmente pelo reconhecimento de nossas expressões faciais; b) secundárias (orgulho, elevação moral, gratidão) – aquelas que têm origem nos processos de aprendizados e autoconsciência, sendo mais difíceis a sua identificação (Techio *et al.*, 2023).

Em seguida, a explanação do assunto, foi proposta para as crianças uma interação lúdica com a apresentação da "roleta das emoções". Trata-se de uma roleta contendo as imagens das cinco emoções presentes no filme Divertidamente (2015). A cada rodada na roleta, as crianças expressavam as emoções sorteadas, compartilhando momentos e experiências que já vivenciaram.

Assim, foi observado um bom entendimento das crianças em relação às emoções apresentadas, com elas podendo nomeá-las, expressá-las e diferenciá-las. Cabe observar que, durante a interação lúdica, as crianças ficaram bastante agitadas e se dispersando do local indicado, gerando alguma dificuldade de comunicação e de manejo das crianças presentes. O planejamento da intervenção já abarcava esses imprevistos devido a essa faixa etária.

O momento foi relevante para enfatizar que todas as emoções são importantes, no sentido de conhecimento, das formas de expressar e para sua proteção, valorizando a importância de buscar formas saudáveis de expressá-las. Outro aspecto crucial nesta etapa foi a explanação sobre o entendimento e a importância

Revista Brasileira de
Sexualidade Humana ISSN 2675-1194
DOI: https://doi.org/10.35919/rbsh.v36.1305

do papel da pessoa "adulta de referência" (uma pessoa de referência que a criança pode procurar para falar a respeito do que sente), seja a mãe, seja o pai, seja ainda a professora ou outra pessoa de confiança.

A importância de trabalhar as emoções não se restringe às intervenções relacionadas à educação em sexualidade, mas se estende em todo o cotidiano das crianças, considerando como lidam com as suas experiências e se expressam para o mundo, auxiliando assim no seu processo de autonomia e regulação socioemocional.

Nas propostas de intervenção relacionadas à educação em sexualidade, o desenvolvimento da temática relacionada às emoções se faz essencial, com objetivo de possibilitar a compreensão, identificação e expressão das emoções de forma saudável. Esse processo também é importante para o autoconhecimento das crianças e o fortalecimento da comunicação sobre as situações de risco (Rocha, 2024).

Outro tópico desenvolvido com as crianças foi o momento "conhecendo o corpo", no qual a equipe se dividiu entre as crianças formando pequenas rodas, com o intuito de abordar esse tema de forma mais cuidadosa, levando em consideração a possibilidade de cada criança conhecer seu corpo e nomear cada parte.

Para facilitar esse momento foram utilizadas plaquinhas com imagens do corpo, no qual foi desenvolvido um diálogo com pontos e questionamentos como: o processo de mudança do corpo humano; conhecimento das partes do corpo; quais são as partes íntimas e como nomeá-las; quem poderá tocar nas partes íntimas das crianças; por fim, reforçado o respeito às diferenças, pois todas as pessoas são únicas, diferentes e especiais do seu jeito.

Santos (2009) descreve que a informação deve estar na base das atividades de sensibilização da instituição para o enfrentamento da violência sexual. Desse modo, um ponto crucial na intervenção sobre sexualidade é dialogar para que as crianças conheçam sobre seu corpo, compreendam sobre sua segurança pessoal e fiquem alertas sobre possíveis situações de risco. Abordar esse tópico é de grande relevância nos espaços educacionais, tendo em vista que informar sobre o corpo, privacidade e limites ajudam a reconhecer e relatar comportamentos inapropriados, contribuindo para a prevenção da violência sexual. Discutir de forma aberta e positiva junto a esse público, pode ajudar a reduzir estigmas em torno de diferentes tipos de corpos, gêneros e sexualidades, promovendo a inclusão e o respeito a diversidade.

Outro ponto importante após conhecer e nomear as partes do corpo, foi apresentar as formas de como protegê-lo. Para tanto, foi confeccionado pelo grupo um cartaz do "semáforo do toque", com base no semáforo do trânsito (sinal verde, amarelo e vermelho), para por meio da comparação tornar mais dinâmica e lúdica a aprendizagem, recurso esse elaborado originalmente por Flaviana Machado (2024). A partir disso, foi recitado um poema que falava sobre as partes do corpo que podem ser tocadas, as que se deve ter atenção e as que não podem ser tocadas.

Uma das dificuldades percebidas durante o percurso desses momentos foi nomear as partes íntimas do corpo, tendo em vista os tabus que perpassam falar sobre elas. Dessa forma, as crianças demonstraram entendimento do que são partes íntimas, mas apresentaram dificuldade em nomeá-las. Ainda assim, foi perceptível que a forma escolhida para abordar cada momento aconteceu de maneira assertiva, visto que durante as interações as crianças demonstraram se sentir confortáveis para falar o que sabiam, e assim, algumas contaram experiências e tiraram dúvidas.

A partir dessa vivência foi notável a importância de proporcionar espaços para abordar de forma segura os temas que atravessam a educação em sexualidade. Além disso, considerando o importante aspecto da informação na educação em sexualidade, foi apresentado a leitura do livro "Não me toca, seu boboca" (Taubman, 2017) de maneira acessível e sensível, sobre consentimento, respeito ao próprio corpo e formas de se proteger em situações de possível situação de violência.

Para Peres, Naves e Borges (2018), o processo de contação de histórias, entrelaçado com as narrativas cotidianas das pessoas envolvidas, contribuiu significativamente para o desenvolvimento humano. Esse momento, sendo realizado de forma interativa, poderá ampliar o uso de recursos simbólicos e ser marcado por afetividade. Essa conexão, por sua vez, poderá impulsionar a expansão dos processos imaginativos, promovendo um ambiente rico em criatividade e reflexão.

Nesse momento também foi adentrado com muita cautela sobre a exigência do segredo que permeia as relações abusivas contra crianças e adolescentes, no intuito de dialogar de modo informativo e preventivo

sobre essa questão. O segredo envolve a questão do silêncio forçado ou induzido da experiência da violência. A partir do apontado por Furniss (1993) e Sanderson (2005), a síndrome do segredo é complexa e se estrutura na relação entre a criança ou adolescente que está/esteve na situação de violência e a pessoa abusadora, sendo essa interação atravessada por fatores externos, pelas características próprias do pedido de segredo da violência vivida e seu compartilhamento e pelos fatores psicológicos internos na relação amparo/desamparo.

O segredo, nesse contexto, está sustentado pela dinâmica entre a criança ou adolescente e a pessoa agressora, que perpassa a relação de confiança; o contexto da situação; os rituais de entrada e saída da situação violenta marcadas pelo segredo, fantasia e realidade; pelos processos de acomodação e retratação da situação vivida.

Concomitantemente, foi realizado diálogo sobre as importantes regras de proteção, fortalecendo os princípios da autoproteção (Rocha, 2024), pontuando, nesse aspecto, que mais importante do que proteger, é ensinar a criança a se proteger. Entre as regras, uma delas enfatiza a importância de contar tudo para uma pessoa adulta de referência das crianças, aspecto esse abordado e relembrado durante toda a intervenção.

Segundo Moura *et al.*, (2008), nos primeiros anos de vida a criança depende das pessoas responsáveis por ela e aprende a confiar considerando o que lhe é oferecido em seu desenvolvimento. Por isso é de grande relevância o cuidado, a proteção, o estabelecimento dos afetos e o respeito a cada fase do desenvolvimento infantil, considerando as necessidades que cada pessoa apresenta.

Por compreender as crianças como sujeitas de direitos, muitas intervenções abordam o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No entanto, as crianças conhecem a existência do ECA e sua importância? Partindo desse questionamento, foi proposto um último momento com as crianças para pontuar, de forma lúdica e marcante, sobre a existência de leis que protegem e visam a garantir os direitos das crianças e dos adolescentes.

Com isso, foi utilizado um teatro com fantoches que realizavam um diálogo informativo sobre a existência e significado do ECA (Brasil, 1990). O grupo criou uma história no qual a palavra “eca” surgiu de forma divertida, possibilitando que as crianças refletissem sobre o Estatuto. Durante o diálogo, foi questionado se as crianças presentes conheciam o Estatuto, obtendo como resposta, pela maioria, sobre o não conhecimento. A partir disso, o momento foi destinado ao entendimento de que crianças e adolescentes são reconhecidos como sujeitas de direitos, destinatárias de proteção integral e prioritária, devendo ser promovida a valorização da infância como uma etapa da vida que merece atenção e debate, sendo considerados seus direitos fundamentais, com a garantia da proteção prioritária e vedada qualquer forma de discriminação (Lima; Poli; José, 2017). Esse foi um ponto central da intervenção, sendo possível observar nas crianças um desenvolvimento significativo da consciência sobre seus direitos.

Quanto às dificuldades encontradas, a insegurança quanto à recepção das crianças e aceitação da atividade foi um fator presente ao longo da intervenção. Entretanto, observando suas reações, houve demonstrações de curiosidade e engajamento ativo ao longo da atividade mediada pelo uso de fantoches. Assim, a percepção da compreensão das crianças sobre o ECA e de seus direitos foi muito positiva, apesar de a maioria não ter tido contato ou familiaridade com o Estatuto antes da intervenção.

É importante destacar que a intervenção não apenas proporcionou uma aprendizagem importante sobre o ECA, mas também possibilitou reflexões sobre como o uso de metodologias lúdicas pode ser extremamente eficaz no tratamento de temas sensíveis, pois juntar estratégias lúdicas com o conteúdo educativo pode promover a compreensão das crianças sobre seus direitos e a prevenção à violência sexual, ao mesmo tempo em que também proporciona um ambiente seguro e acolhedor. Assim como discorre Gonçalves, Mota e Vieira (2022), as atividades que envolvem o lúdico não são apenas momentos de distração, mas vivenciais, formativos, promotores de expressividade, conhecimento e identidade.

No que se refere à intervenção com as professoras, os tópicos abordados foram selecionados para apresentar a temática e assegurar o fortalecimento da temática no ambiente escolar. Primeiramente, foi explanado sobre a importância da educação em sexualidade para as crianças e o desenvolvimento da sexualidade em cada fase, considerando que esse desenvolvimento é corporal, psicomotor, social, afetivo e sexual. Assim, passam a ter uma compreensão mais ampliada, o que é comum e habitual de ser esperado ou mesmo

Revista Brasileira de
Sexualidade Humana ISSN 2675-1194
DOI: https://doi.org/10.35919/rbsh.v36.1305

inesperado em cada fase, até mesmo para identificação de possíveis sinais de violências (Moura *et al.*, 2008; Rocha, 2024).

Em seguida, destacou-se a importância do trabalho com as emoções e a importância da utilização de recursos lúdicos. Durante a intervenção foram apresentados diversos materiais e atividades lúdicas utilizadas com as crianças, como recursos visuais, dinâmicas de grupo e contação de histórias, que permitem explorar de maneira interativa aspectos relacionados às emoções e à sexualidade. O uso do lúdico, ao integrar sentimentos e conhecimentos, demonstra uma potente ferramenta para estimular a reflexão, permitindo a abordagem do tema de forma acessível e respeitosa.

Quanto às dificuldades para realizar a intervenção com a equipe da escola, destaca-se destinar um maior tempo para o aprofundamento sobre o desenvolvimento infantil. Durante a explanação da temática, as professoras demonstraram interesse, porém, observou-se dificuldade quanto à abertura sobre a quebra de certos estereótipos já preestabelecidos sobre o assunto. Além disso, apresentaram falas que culpabilizam as crianças e suas famílias pelas violências sofridas e, em alguns momentos, ausentaram-se da responsabilidade de fazerem parte da rede de proteção. No entanto, estavam abertas ao diálogo e demonstraram reflexão quanto à importância de fortalecer o cuidado, o rompimento do ciclo da violência e o manejo de estratégias lúdicas que foram abordadas. Algumas professoras se ausentaram antes do final do encontro devido a fatores como sobrecarga de trabalho e dificuldades com transporte.

A experiência de conduzir a intervenção com as professoras foi desafiadora para a equipe do CACTUS, gerando inseguranças, considerando ainda estarem em processo de formação. Apesar do aprofundamento teórico, a falta de vivência prática em sala contribuiu para o nervosismo e a sensação de incapacidade ao lidarem com situações profissionais reais. Um ponto de fortalecimento foi a sensibilização da equipe sobre a relevância desses encontros como espaços de troca e construção coletiva, voltados à proteção das infâncias e à integração entre teoria e prática, favorecendo o aprendizado e o desenvolvimento da equipe não apenas para a equipe da escola, como também para a equipe do CACTUS.

Também foram abordados aspectos relacionados à identidade de gênero e à orientação sexual. Esse é outro tema tabu ainda para o universo escola, sobretudo da zona rural, no sentido de possibilitar a desconstrução de ideias preconcebidas e o respeito maior à diversidade. Como sabemos, as práticas discriminatórias que envolvem o machismo, sexismo e LGBTQIAPN+ fobia são realidades ainda presentes em muitas instituições escolares, comprometendo o direito fundamental das pessoas à dignidade e à igualdade. Nesse sentido, a escola tem um papel importante com a responsabilidade em garantir um ambiente de respeito e acolhimento. Assim, as práticas educacionais precisam abordar de forma comprometida questões relacionadas à identidade de gênero e à orientação sexual, sendo incluídas em seu projeto pedagógico, fomentando discussões inclusivas e prevenindo situações de discriminação (Souza; Fialho, 2020).

Ressalta-se que o tema da diversidade de gênero e a sexualidade são extremamente atravessados pela desinformação e construções sociais de conceitos que fomentam discriminações e preconceitos relacionados ao gênero, suas expressões e orientação sexual, além de ser comum a falta de diálogos voltados para questões da sexualidade, visto que em muitos espaços ainda é um tema difícil de acessarem.

Conforme Pereira e Santos (2021), essa temática causa controvérsia por desafiar ideias normativas e dominantes construídas sócio-historicamente, muitas vezes relacionadas a crenças religiosas e questões ideológicas. Desse modo, trazer o debate para a escola pode causar desconfortos e gerar resistências nas pessoas em revisitar seus preconceitos. Por isso, incluí-lo na escola estimula reflexões para que a comunidade escolar possa valorizar e respeitar as diversas orientações e identidades, evitando qualquer forma de preconceito, discriminação ou violência. Para autores, o debate é fundamental e urgente para romper com os binarismos e estereótipos que recaem sobre o tema (Pereira; Santos, 2021).

Nesse momento de discussão na intervenção, foi utilizada como disparador uma cartilha de Furlanetto; Marin e Ribeiro (2020), visando a promover o diálogo com as professoras, pois traz informações detalhadas sobre a temática da educação em sexualidade e a forma de abordagem em instituições educacionais, assim como a explicação de conceitos fundamentais para intervenções de educação em sexualidade. Para aprofundar a compreensão, também foram utilizados recursos lúdicos que abordaram a identidade de gênero e a orientação sexual, permitindo que as professoras pudessem discutir essas questões de forma acessível e

prática.

Foi possível perceber, a partir da observação da equipe do CACTUS, que o uso do recurso lúdico e da cartilha auxiliaram na construção de um espaço seguro para o diálogo, enriquecendo a formação das educadoras e ampliando suas ferramentas para lidar com as questões na sala de aula. Entretanto, durante a atividade, alguns desafios ficaram evidentes, devido ao peso que os temas ainda carregam, sendo frequentemente cercados por silenciamentos sociais, o que dificulta diálogos abertos sobre a temática no ambiente escolar. Por isso, o principal objetivo foi promover uma reflexão crítica sobre as questões de gênero e orientação sexual, desconstruindo preconceitos e fomentando a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e respeitoso.

No contexto da sala de aula, foi compartilhado pelas professoras a insegurança e a aplicação dos conceitos abordados, com medo de causar desconforto entre estudantes ou até mesmo de se expor diante de uma comunidade escolar que ainda é relutante quanto a esses debates. Nesse aspecto, o estudo de Soares e Monteiro (2019) evidencia que, além dos desafios relacionados aos valores e normas que permeiam esse tema, existem as dificuldades relacionadas à falta de formação continuada, além da importância de manter as ações de modo contínuo e articulado nos espaços educacionais, também a falta de incentivos que gera uma sensação de isolamento no diálogo e enfrentamento para modificar os cenários, inclusive nas abordagens com as famílias.

Porém, a partir das discussões na intervenção, foi possível perceber que a equipe compreendeu a importância de integrar essas questões na prática da educação escolar, reconhecendo a necessidade de respeitar as diferentes identidades e orientações sexuais, para que as práticas pedagógicas se tornem efetivamente inclusivas. A experiência reforçou a importância de um trabalho contínuo de formação, que vá além da transmissão de conceitos e estimule uma prática docente crítica reflexiva, de modo que as educadoras possam se sentir menos inseguras e mais apoiadas para lidarem com as questões de gênero e sexualidade de forma acolhedora e empática.

Como terceiro aspecto abordado na intervenção com as professoras, foi apresentado o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes, o conceito e a tipificação, os possíveis sinais e alterações comportamentais, bem como a importância da atenção à constância e à repetição de comportamentos, ou mesmo à falta desses sinais ou alterações. Assim, foi realizada uma dinâmica com as professoras abordando os mitos e as verdades sobre o assunto. Esse momento possibilitou desmistificar informações que ainda estão presentes no imaginário da sociedade. Nesse quesito, algumas professoras relataram desconhecimento do assunto e agradeceram a oportunidade de aprofundar os conhecimentos sobre a temática. Ao abordar os mitos e verdades de forma dinâmica, foi possível perceber o surgimento de um momento de reflexão, além de surpresas diante de mitos socialmente construídos sobre a violência sexual.

Santos (2009) enfatiza a importância de desmistificar mitos e dialogar sobre as verdades que envolvem a violência sexual contra crianças e adolescentes, trazendo a informação como base e ferramenta importante na prevenção desse fenômeno. É importante a apresentação e diálogos sobre os mitos, tais como: a pessoa estranha representa maior perigo para as crianças e adolescentes; se a criança “consente” é por que está concordando com a situação violenta; as mulheres não abusam sexualmente de crianças e adolescentes; a maioria dos casos de violência sexual são notificados; a violência sexual só ocorre quando houver marcas físicas; professoras e a escola estão informadas de como acolher e notificar casos de revelação da situação de violência dentro das escolas. Desconstruir tais mitos é fundamental para oferecer às educadoras e a toda a comunidade escolar espaço para superar ideias equivocadas e promover a informação e o acolhimento como forma de proteção.

As professoras compartilharam experiências e vivências do seu cotidiano e essa troca permitiu compreender como esses mitos perpetuam socialmente. A dinâmica também destacou a importância de buscar fontes confiáveis para ampliar o conhecimento sobre a temática, enriquecendo a compreensão e o enfrentamento do problema. Vale destacar que o momento elucidou a importância da educação formativa de profissionais como forma de combater a violência, visto que apesar do desconhecimento de alguns tópicos abordados, não mediram esforços a fim de mudar de perspectiva e repensar posicionamentos.

Outra temática enfatizada na intervenção foi como as professoras poderiam abordar as crianças que

Revista Brasileira de
Sexualidade Humana ISSN 2675-1194
DOI: https://doi.org/10.35919/rbsh.v36.1305

apresentassem sinais de estarem sofrendo situações abusivas, talvez o momento mais sensível do encontro. Reforçamos que um dos pontos essenciais é a criação de um vínculo, adotando uma postura acolhedora e que demonstre abertura ao diálogo. Foi abordado ainda sobre a importância da validação do relato da criança; o cuidado em não fazer a criança repetir o relato diversas vezes; acolher os seus sentimentos; resguardar a sua identidade; realizar a notificação aos órgãos competentes; entre outros (Rocha, 2024; Santos, 2009).

Dialogar sobre a violência sexual no contexto escolar, entre professoras, estudantes e comunidade é essencial para possibilitar a informação segura, o rompimento do silêncio e a construção de ambientes seguros. Rodrigues e Mello (2024) apresentam que a ausência de formação docente e de ações estruturadas sobre essa temática nas escolas brasileiras ainda representam uma barreira considerável para a prevenção dessa situação, sendo, portanto, necessária a criação de espaços de debates sensíveis, escuta e articulação com a rede de proteção. As autoras destacam ainda as experiências de outros países que podem fortalecer o vínculo entre educadoras e estudantes, com práticas dialogadas a serem inseridas no contexto local, sendo estruturadas para cada território como propostas transformadoras.

O último tópico da intervenção foi destinado ao debate sobre o SGD. Ao tratar da dinâmica de atendimento à criança e ao adolescente, as ações devem ser feitas por meio de um conjunto articulado de equipamentos e agentes governamentais e não governamentais, envolvendo a União, Estados e municípios (Brasil, 1990). As ações devem promover, ampliar e defender os direitos desse público, com as diversas pessoas integrantes da rede trabalhando de forma articulada e colaborativa. Dessa forma, para lutar e interromper os ciclos de violência, a participação conjunta de integrantes da rede compõe tarefa fundamental. O SGD envolve um conjunto de órgãos e instituições responsáveis pela implementação de políticas públicas e pela promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil. Esse sistema abrange, entre outros, os setores da saúde, educação, assistência social, segurança pública e justiça, com a colaboração de diferentes esferas governamentais e sociedade civil (Brasil, 2017).

Dessa forma, é válido questionar: por que apresentar a rede para as professoras que integram a política de educação? Esse momento foi realizado com a exposição detalhada sobre o assunto, por meio da confecção de cartazes com cada componente da rede e suas respectivas atribuições. Foi um momento de extrema importância para que as professoras pudessem entender o papel de cada órgão desse sistema.

Foi possível observar que, apesar de as professoras se mostrarem abertas ao diálogo, sentiam-se despreparadas e com pouco conhecimento em relação a quais órgãos devem recorrer quando surgirem demandas voltadas para as questões que envolvem a violação de direitos das crianças. Assim, a intervenção foi importante para promover o conhecimento, apresentar a importância do tema e verificar sobre as dúvidas que surgiram. Ao final, a equipe disponibilizou o cartaz confeccionado para a escola, a fim de que ficasse exposto para consulta sempre que necessário.

Outro tópico desse momento foi a importância da notificação, do registro próprio da escola e do preenchimento Ficha de Notificação Individual de Violência Interpessoal/Autoprovocada (SINAN, 2015). A notificação possibilita o acionamento da rede de proteção, o detalhamento, a quantificação e a vigilância no que se refere às diferentes formas de violência. Além disso, esses documentos são importantes para o acompanhamento multiprofissional do caso, assegurando os direitos e cuidados necessários.

A notificação deve ocorrer em articulação com a rede de serviços de atenção e proteção às pessoas em situação de violência, com fluxos bem definidos envolvendo os diversos serviços. É uma responsabilidade institucional e um instrumento essencial para a organização dos serviços e cuidado das pessoas, cabendo à gestão local garantir o acompanhamento dos casos e o suporte de profissionais (Brasil, 2016).

Esse processo de notificação envolve muitas dúvidas e receios por parte de profissionais que trabalham na rede de serviços. Anjos, Trindade e Hohendorff (2021) desenvolveram um *checklist* com sugestão de tópicos importantes para a orientação profissional nesse aspecto. Apontam para a importância de informações detalhadas, considerando os dados das pessoas envolvidas, vínculos e aspectos relatados da situação, pois a ausência de dados fragiliza a tomada de medidas de proteção. Além disso, esse tema carece de momentos formativos para profissionais, com intuito de qualificar o processo de notificação dos casos. Nesse aspecto, foi possível dialogar e elucidar sobre a importância de comunicar a rede de proteção, a possível violação de

direitos relatada, apresentando pontos relevantes acerca desse processo de notificação.

Por fim, foi pensado para o encerramento do momento a construção de um fluxo na escola para a criança protegida, nos casos de revelação sobre situações de violência sexual, que pudesse auxiliar a escola nesses procedimentos. O intuito foi de uma construção coletiva, considerando o campo e contexto em que a escola está inserida. Dessa forma, ao refletir sobre os desafios e afetações dessa última dinâmica, alguns aspectos merecem destaque. Ao considerar a apresentação do SGD, a importância da notificação e a construção do fluxo, elucida-se o escasso conhecimento de profissionais que compõem o sistema educacional em que a intervenção foi realizada. Ao refletir sobre os possíveis fatores causadores, cita-se: a ausência de diálogos formativos; a sobrecarga no trabalho e o reduzido interesse ao tema por parte dos órgãos responsáveis.

Dessa forma, ao tratar dos tópicos na intervenção, objetivou-se compartilhar conhecimentos essenciais para a proteção de crianças e adolescentes. Entretanto, como desafio, ressalta-se o curto tempo destinado à intervenção no espaço escolar, a necessidade de resumir e tratar de forma breve assuntos que assumem grande relevância. Logo, como aprendizado, destaca-se a importância de que as escolas dediquem mais tempo e ações específicas ao diálogo com toda a comunidade escolar, promovendo debates contínuos sobre educação em sexualidade e prevenção da violência, visto que o combate a essas questões se faz em equipe multidisciplinar e em constante diálogo com todo o SGD, para que seja possível promover direitos assegurados por lei para todas as crianças e adolescentes.

Considerações Finais

A experiência interventiva proposta mostrou-se riquíssima em aprendizagem e relevante tanto para a equipe do CACTUS quanto para o público infantil e equipe de professoras de uma escola pública da zona rural do Piauí. Com a utilização de metodologias lúdicas e dialogadas, abordamos temas sensíveis de maneira acessível e promovendo reflexões fundamentais sobre o assunto. A intervenção promoveu espaços seguros de expressividade, conhecimentos e respeito às singularidades de cada criança.

O momento formativo destinado às professoras foi igualmente relevante, ao promover diálogos sobre a sexualidade e prevenção da violência sexual, bem como o papel da escola no enfrentamento dessa questão. Esse diálogo reforçou a importância de um olhar atento e a necessidade de articulação da escola, evidenciando a sua importância.

A construção coletiva e cuidadosa das intervenções, precedida por uma formação extensa e dialogada com a equipe de estudantes do programa, contribuiu para o aprimoramento das práticas educativas e de um olhar profissional atento sobre as complexidades que envolvem a temática da violência sexual e a importância de possibilitar diálogos sobre a educação em sexualidade.

A experiência da intervenção também revelou desafios significativos, como a necessidade de superar as resistências culturais e a importância da adaptação dos momentos devido ao tempo destinado para a intervenção. Diante desses desafios, reforça-se a importância de estudos e ações contínuas e articuladas que possam promover mudanças estruturais e intervenções mais eficazes.

Por fim, essa experiência contribuiu para reafirmar a importância da educação em sexualidade como temática essencial para a prevenção de violências e a promoção de direitos, destacando práticas educativas que respeitem as infâncias e reconheçam a escola como um importante espaço na construção de redes de proteção. Espera-se que as experiências compartilhadas nesse relato possam inspirar novas iniciativas, fortalecendo a atuação em rede no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Referências

ANJOS, L. S. S.; TRINDADE, A. A.; HOHENDORFF, J. V. Recebimento e encaminhamentos de notificações de casos de violência sexual pelo conselho tutelar. *Revista SPAGESP*, Ribeirão Preto, v. 22, n. 1, p. 22-38, 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702021000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso: 15 jul. 2025.

ARGIMON, I. I. L.; ROSA, H. R.; DALDON, K. A.; KUHN, R. P.; GALVANI, T. Refletindo sobre a Sexualidade com

Pré-Adolescentes: Relato de Experiência. *Revista Brasileira De Sexualidade Humana*, v. 15, n. 2, 2004. DOI: https://doi.org/10.35919/rbsh.v15i2.503. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/503/430. Acesso: 03 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Dispõe sobre o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 4 abr. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm. Acesso em: 03 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. *Diário Oficial da União,* Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.html. Acesso em: 03 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. F*icha de notificação/Investigação – Violência Interpessoal/Autoprovocada.* Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://portalsinan.saude.gov.br/images/documentos/Agravos/via/violencia_v5.pdf. Acesso em: 03 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde. *Viva*: instrutivo notificação de violência interpessoal e autoprovocada [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde. 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva_instrutivo_violencia_interpessoal_autoprovocada_2ed.pdf. Acesso em: 12 jul. 2024.

CAMPOS, I. C.; MIRANDA, J. C. Educação sexual nas escolas: uma necessidade urgente. *Boletim De Conjuntura (BOCA)*, v. 12 n. 34, p. 108-126, 2022. Disponível em: https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/732. Acesso: 03 nov. 2024.

DIVERTIDAMENTE. Direção: Pete Docter. Produção: Jonas Rivera. Roteiro: Pete Docter; Meg LeFauve. [S. L.]: Pixar Animation Studios; Walt Disney Studios Motion Pictures, 2015. Disponível em: https://www.disneyplus.com/pt-br/browse/entity-d4b87168-7d0b-49bc-b138-457ab7723feb. Acesso em: 03 nov. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2024. 18., 2024. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/07/anuario-2024.pdf. Acesso em: 01 mar. 2025.

FRANCO-ASSIS, G. A.; SOUZA, E. E. F.; BARBOSA, A. G. Sexualidade na escola: desafios e possibilidades para além dos PCNS e da BNCC. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 2, p. 13662-13680, 2021. DOI: https://doi.org/10.34117/bjdv7n2-130. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/24374. Acesso: 03 nov. 2024.

FURLANETTO, M. F.; MARIN, A. H.; RIBEIRO, T. G. Educação em sexualidade na adolescência. *Núcleo de Estudos sobre Famílias e Instituições Educacionais e Sociais – NEFIES*, 2020. Disponível em: https://www.ufrgs.br/nefies/wp-content/uploads/2020/07/03_cartilha_final_vOnline-4.pdf. Acesso: 10 jun. 2024.

FURNISS, T. *Abuso sexual da criança:* uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GONÇALVES, T.; MOTA, R. S.; VIEIRA, M. A. A Importância da Ludicidade na Educação Infantil. *Revista Latino-Americana de Estudos Científicos*, v. 3, n. 13, 2022. DOI: https://doi.org/0.55470/relaec.37399. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/ipa/article/view/37399. Acesso: 12 jul. 2024.

HABIGZANG, L. F., RAMOS M. S.; KOLLER, S. H. A revelação de abuso sexual: As medidas adotadas pela rede de apoio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 27, n. 4, p. 467-473, 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-37722011000400010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ptp/a/Zs6C6DvBkVvgdt6hSTMVv6g/?format=pdf&lang=pt. Acesso: 03 nov. 2024.

LIMA, L, R. M.; POLI, L. M.; JOSÉ, F. S. A evolução histórica dos direitos da criança e do adolescente: da insignificância jurídica e social ao reconhecimento de direitos e garantias fundamentais. *Revista Brasileira de*

Políticas Públicas, v. 7, n. 2, 2017. DOI: https://doi.org/10.5102/rbpp.v7i2.4796. Disponível em: https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/4796/0. Acesso: 03 nov. 2024.

MEDRADO, B.; SPINK, M. J. P.; MÉLLO, R. P. Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In: SPINK, M. J. P. *et al.* (Orgs.). *A produção de informação na pesquisa social:* compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014, p. 274-294. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/19088/1/2014_capliv_rpmello.pdf. Acesso: 03 nov. 2024.

MOURA, A. C. A. M.; SCODELARIO, A. S.; CAMARGO. C. N. M. F.; FERRARI, D. C. A.; MATTOS, G. O.; MIYAHARA, R. P. *Reconstrução de vidas:* como prevenir e enfrentar a violência doméstica, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. São Paulo: SMADS; SEDES; Sapientiae, 2008. Disponível em: https://www.sedes.org.br/Centros/12358_Miolo.pdf. Acesso: 03 nov. 2024.

MUSSI, R. F. F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Práxis Educacional*, v. 17, n. 48, p. 60–77, 2021. DOI: https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/apraxis/v17n48/2178-2679-apraxis-17-48-60.pdf. Acesso em: 14 jul. 2025.

OLIVEIRA, V. A. T.; BARBOSA, R. O. Educação Sexual em Debate: conceitos, experiências e possibilidades. *Revista Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa*, v. 6, n.1, p. 163–177, 2024. DOI: https://doi.org/10.36732/riep.v6i1.350. Disponível em: http://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/350 . Acesso em: 03 nov. 2024.

PEREIRA, G. A. F.; SANTOS, G. G Identidade de gênero e orientação sexual na escola: um debate necessário. *Research, Society and Development,* v. 10, n. 9, e49710918409, 2021. DOI: https://doi.org/10.33448/rsd-v10i9.18409. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/18409. Acesso em: 13 jul. 2025.

PERES, S. G.; NAVES, R. M.; BORGES, F. T. Recursos simbólicos e imaginação no contexto da contação de histórias. *Psicologia Escolar E Educacional*, v. 22, n. 1, p. 151-161, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/2175-35392018013877. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pee/a/wTSSWPkbDnvSyz4q8WfFCyd/abstract/?lang=pt. Acesso em: 03 nov. 2024.

PINHEIRO, L. R. Rodas de conversa e pesquisa: reflexões de uma abordagem etnográfica. *Pro-Posições*, v. 31, e20190041, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/1980-6248-2019-0041. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1980-6248-2019-0041. Acesso em: 11 jul. 2025.

ROCHA, L. *Como falar sobre sexualidade com as crianças*. São Paulo: Astral Cultural, 2024.

RODRIGUES, R. M.; MELLO, R. R. Escolas no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes: análise bibliográfica de ações preventivas. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 32, n. 123, e0244004, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-40362024003204004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ensaio/a/VXZVkkwVTsVQNymFfBqPQrp/. Acesso em: 15 jul. 2025.

ROVINSKI, S.; PELISOLI, C. L. *Violência sexual contra crianças e adolescentes:* testemunho e avaliação psicológica. São Paulo: Vetor, 2019.

SALHAH, S.; GUILHERMINA VASCONCELOS, I.; FERREIRA GONDIM SALES, A.; LÍVIO MENEZES DALPASQUALE, P.; CASTRO TAVARES, S.; ARRUDA-BARBOSA, L. Educação sexual e sexualidade na escola: estratégias metodológicas para suas discussões. *Revista Brasileira de Educação e Saúde*, v. 12, n. 2, p. 116-121, 2022. DOI: https://doi.org/10.18378/rebes.v12i2.9242. Disponível em: https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/REBES/article/view/9242. Acesso em: 03 nov. 2024.

SANDERSON, C. *Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais e pedofilia*. São Paulo: M. Books, 2005.

SANTOS, B. R. *Guia de referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual.* São Paulo:

Childhood - Instituto WCF – Brasil; Prefeitura da Cidade de São Paulo; Secretaria de Educação, 2009. Disponível em: https://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/unidades/promotorias/pdij/Publicacoes/Guia-de-Referencia.pdf. Acesso em: 03 nov. 2024.

SILVA, L. P.; BATISTA, T. R. C.; MARTINS, G. C. A educação sexual nas escolas brasileiras: a importância da educação sexual para crianças e adolescentes das escolas públicas. *Revista Contemporânea*, v. 3, n. 12, p. 24951-24965, 2023. DOI: https://doi.org/10.56083/RCV3N12-016. Disponível em: https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/2482. Acesso em: 03 nov. 2024.

SOARES, Z. P.; MONTEIRO, S. S. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. *Educar em Revista*, v. 35, n. 73, p. 287–305, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/0104-4060.61432. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/KMSmJfk43rKWcRNHWHfWsfC/. Acesso em: 13 jul 2025.

SOUZA, H. H.; FIALHO, L. M. F. A Importância das Políticas Públicas Educacionais para as Questões de Gênero e Sexualidade na Escola*. Inovação & Tecnologia Social*, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 19–32, 2020. DOI: https://doi.org/10.47455/2675-0090.2019.1.3.3863. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/inovacaotecnologiasocial/article/view/3863. Acesso em: 15 jul. 2025.

TAUBMAN, A. V. *Não Me Toca Seu Boboca*. Editora: Aletria, 2017.

TECHIO, E. M.; GONDIM, S. M. G.; BATISTA, J. S.; HESSEL, B. Emoções*.* In: TORRES, A. R. R.; LIMA, M. E. O.; TECHIO, E. M.; CAMINO, L. (org.). *Psicologia social:* temas e teorias. 3 ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2023, p. 203–223. DOI: https://doi.org/10.5151/9786555502046-05. Disponível em: https://openaccess.blucher.com.br/article-details/05-23864/. Acesso em: 13 jul. 2025.

VITORELI, A. P*rofessora de Silvânia vence edição nacional do Prêmio Educador Transformador:* Flaviana Machado venceu na categoria Educação Infantil. Portal Sebrae, 2024. Disponível em: https://go.agenciasebrae.com.br/cultura-empreendedora/professora-de-silvania-vence-edicao-nacional-do-premio-educador-transformador/ Acesso em: 03 nov. 2024.

Recebido em: 28/02/2025
Aprovado em: 01/07/2025